



AEROPORTO REGIONAL DE MARINGÁ

Diretoria Executiva do SBMG

Diretoria Administrativa do SBMG

Compras e Licitações do SBMG

Av. Dr. Vladimir Babkov, S/Nº, - Bairro Parque Industrial Mario Bulhões, Maringá/PR
CEP 87065-665, Telefone: (44) 3366-3847 - <https://www.aeroportomaringa.com.br/pt>

TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE:

Terminais Aéreos de Maringá SBMG S.A.- Diretoria de Infraestrutura.

2. BASE LEGAL:

Legislação aplicável: Lei Federal nº 13.303/16 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispositivos da Lei 14.133/21 que se referem à modalidade de licitação denominada Pregão, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Artigo 3º da Lei Municipal nº 4987/99, Artigo 37, XXI da Constituição Federal, Lei Complementar Municipal 142/2019, Decreto Federal 3.555/00 e Regulamento de Licitações da SBMG S/A.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

3.1. A Terminais Aéreos de Maringá – SBMG – S/A sugere, de acordo com a legislação vigente, a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo em vista tratar-se de serviços de natureza comum cujos padrões de desempenho e qualidade serão objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Ainda, justifica-se a escolha da modalidade pregão, pelo contido na Lei 13.303/16, artigo 32, inciso IV, que recomenda a utilização da modalidade por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

3.2. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO** por grupo de itens, representado pelo valor total, respeitado os limites máximos estabelecidos para cada item.

3.2.1. A unificação de todos os itens em um único grupo é imprescindível, uma vez que os itens a serem adquiridos e/ou contratados demandam a execução conjunta dos serviços, ou seja, o fornecimento com garantia dos produtos e serviços de instalação para período de contratação, devendo ser realizados por uma mesma empresa. A realização de procedimento licitatório por item poderia dificultar a gestão e prejudicar a eficácia das instalações, além de comprometer a manutenção contínua dos equipamentos, especialmente no caso de diferentes vencedores para cada item.

4. MODO DE CONTRATAÇÃO

Contrato com vigência de 12(doze) meses, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016.

5. JUSTIFICATIVA:

A presente justificativa tem por finalidade fundamentar, sob os aspectos técnicos, operacionais e legais, a necessidade de aquisição de sistemas de climatização do tipo ar-condicionado, com fornecimento e instalação

inclusos, para atendimento às demandas do Aeroporto Regional de Maringá. O referido aeroporto encontra-se estrategicamente localizado na região Noroeste do Estado do Paraná, desempenhando relevante função como infraestrutura de transporte aéreo, atendendo não apenas o município de Maringá e sua região metropolitana, mas também usuários oriundos de diversas localidades do território nacional, com destaque para a região Sudoeste do Estado do Mato Grosso do Sul. Considerando o aumento significativo das temperaturas médias nos últimos anos, intensificado pela recorrência de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, evidencia-se a necessidade de adoção de medidas estruturais voltadas à garantia de condições adequadas de conforto térmico nas dependências do terminal de passageiros. Análises técnicas indicam que o sistema de climatização atualmente instalado apresenta capacidade inferior à carga térmica estimada para o conjunto dos ambientes avaliados. Destaca-se que áreas como embarque, desembarque, saguão principal e piso superior panorâmico apresentam elevada carga térmica, agravada por características construtivas e operacionais que restringem a ventilação natural, notadamente em razão das exigências de segurança aeroportuária que limitam a abertura de portas e janelas, bem como o controle de acesso e circulação de pessoas. Nesse contexto, a aquisição de equipamentos de ar-condicionado, com instalação técnica especializada, configura solução indispensável para a adequada climatização dos ambientes, assegurando a manutenção de parâmetros aceitáveis de temperatura, umidade e qualidade do ar, em conformidade com normas técnicas aplicáveis, tais como a ABNT NBR 16401 (Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários) e diretrizes de qualidade do ar interior. Sob o enfoque da saúde ocupacional e do bem-estar dos usuários, a climatização adequada contribui para a prevenção de desconforto térmico, fadiga, desidratação, queda de desempenho cognitivo e demais efeitos adversos associados à exposição prolongada a temperaturas elevadas, além de proporcionar condições mais adequadas ao desempenho das atividades laborais pelos colaboradores. Ressalta-se, ainda, que foi realizado estudo técnico preliminar para o correto dimensionamento da capacidade térmica (BTUs) e quantitativo de equipamentos necessários por ambiente, considerando variáveis como área, ocupação, carga térmica e características construtivas, de modo a assegurar eficiência energética, economicidade e atendimento às demandas específicas de cada espaço. Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se devidamente justificada, constituindo medida necessária à melhoria da infraestrutura aeroportuária, à promoção do conforto ambiental, ao atendimento de requisitos normativos e à adequada prestação de serviços aos usuários.

6. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O valor máximo que a Terminais Aéreos de Maringá SBMG S. A. admite pagar para a aquisição dos itens desta licitação é de **R\$ 242.023,40 (duzentos e quarenta e dois mil, vinte e três reais e quarenta centavos)**.

7. OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de aparelhos de ar-condicionado, incluindo todos os materiais e serviços necessários à plena operação dos equipamentos, com garantia mínima de 12 (doze) meses, abrangendo, durante esse período, toda a manutenção necessária, destinados ao Terminal de Passageiros do Aeroporto Regional de Maringá – SBMG.

7.1 Especificações do Objeto

GRUPO 1

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca Modelo	Valor máximo Unitário (R\$)	Valor máximo Total (R\$)
------	-----------	------------	---------	-----------------	-----------------------------------	-----------------------------

1	Aparelho de ar-condicionado piso-teto, com capacidade mínima de 57.000Btu/h e máxima de 60.000Btu/h, incluindo os materiais necessários para a instalação, conforme especificações técnicas detalhadas. Garantia mínima: 12 meses.	15	Unidades		R\$ 13.136,56	R\$ 197.048,40
2	Mão de obra para instalação dos aparelhos de ar-condicionado, incluindo todos os serviços necessários à sua plena operação, com garantia mínima de 12 (doze) meses sobre os serviços executados, devendo a contratada prestar assistência técnica e executar os reparos e intervenções necessários durante o período de garantia, sem ônus adicional para a Administração	01	Serviço		R\$ 44.975,00	R\$ 44.975,00
Valor máximo total dos itens						R\$ 242.023,40

7.1.1 Especificações técnicas:

Item	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS
1	<p>15 Unidades Aparelho de ar-condicionado piso teto mínimo 57.000Btu/h a 60.000Btu/h, ciclo frio, tipo split, cor branca, classificação energética próximo "A", filtro de tela lavável, quatro velocidades (baixa, média, alta e automática), compressor Inverter ou convencional, gás R-32 / R-410A, voltagem trifásico 380V, homologado pela ANEEL, dois volumes (condensadora + evaporadora), controle remoto (configuração em português), garantia 12 (doze) meses da fabricante.</p> <p>Materiais para instalação dos aparelhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 150 a 225 metros Tubo de Cobre – linha de sucção, sendo 7/8" (22,22mm) para aparelhos de 57.000 a 60.000 btus



Foto Ilustrativa

- **150 a 225 metros** Tubo de Cobre – linha de líquido sendo **3/8"** (9.52mm) (conforme norma **ASTM B280** ou **ASTM B743**) para suportar pressões elevadas, paredes com espessura de no mínimo, **0,8mm ou 1,0mm**.



Foto Ilustrativa

- **150 a 225 Metros** Isolamento térmico elastomérico esponjoso 3/8 (9mm), tubo de borracha elastomérico, resistente a corrosão, e raios UV, espessura da parede compatível com os tubos de cobre linha de sucção e de líquido, cor preta e/ou branca.



Foto ilustrativa

Demais materiais de Instalação (para as 15 Unidades):

- Suportes para condensadoras e evaporadoras
- Barras roscadas
- Fitas, presilhas e elementos de fixação/chumbadores
- Complemento de fluido refrigerante
- Tubulações e conexões em PVC rígido para drenagem com diâmetro mínimo de 25mm a ser instalado com declividade mínima de 1% a 2%, e/ou equivalente para cada tipo de aparelho.
- Varetas de foscofer/solda prata e consumíveis de soldagem

Garantia dos equipamentos:

- 12 meses

OBS: Considerou-se, para fins de dimensionamento, uma distância média de 10 metros de interligação frigorífica por equipamento, equivalendo o total de 150 metros, podendo chegar a aproximadamente 225 metros, dependendo da disposição dos aparelhos condensadores. Em medições realizadas, foi verificada a distância de 203,76 m; aplicando-se um acréscimo de 10%, estima-se o total de 224,14 metros de interligação frigorífica entre as unidades evaporadoras e

	condensadoras, estas a serem instaladas na laje de cobertura do telhado, para um total de 14 (quatorze) equipamentos. Ressalta-se que as distâncias variam conforme o ponto de instalação, podendo ser de aproximadamente 3 metros (instalações parede com parede), 5 a 6 metros, 10 metros, e podendo atingir até 20 metros em alguns casos. Caso a instalação exija distâncias superiores a 10 metros (média estimada de 15 aparelhos), poderá haver necessidade de maior quantitativo de tubulação de cobre, isolamento térmico e carga adicional de fluido refrigerante. Tais custos deverão estar incluídos na prestação dos serviços de instalação, de modo a garantir a manutenção da garantia dos equipamentos pelo fabricante.
2	<p>Mão de obra de instalação dos aparelhos, com garantia do fabricante dos aparelhos para período de 12(doze) meses referente às 15(quinze) unidades.</p> <p>Serviços inclusos:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Instalação das unidades evaporadoras · Instalação das unidades condensadoras · Execução das linhas frigoríficas · Execução das ligações elétricas entre o ponto de energia disponibilizado pela Contratante e as unidades (evaporadora e condensadora), a cargo da Contratada. · Teste de estanqueidade com nitrogênio · Execução de vácuo no sistema · Carga complementar de gás refrigerante · Testes operacionais e comissionamento · Condições estruturais do local de instalação · Altura de instalação das condensadoras/evaporadoras <p>Eventuais adaptações no sistema de drenagem</p> <p>Equipamentos, Ferramentas e Condições de Execução dos Serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Equipamentos de segurança individual EPI para os funcionários que irão executar os serviços. · Apresentação das NR35 e NR10 dos funcionários que irão executar os serviços elétricos. · Ferramentas em geral (escada / andaime / fita isolante, alicate, entre outros). · Custos de transportes e ainda içamento (caminhão guincho) dos equipamentos condensadores, caso seja necessário. <p>Garantia das instalações:</p> <ul style="list-style-type: none"> · 12 meses

7.2 Material/serviço e características construtivas do equipamento a ser fornecido

a) Contratação de empresa para fornecimento com garantia dos produtos e prestação de serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado, a serem instalados dentro do terminal de passageiros do Aeroporto Regional de Maringá – SBMG.

b) Execução, detalhamentos técnicos, especificações de materiais e equipamentos, e todos os demais necessários e suficientes para caracterização de todos os serviços necessários à execução.

c) A instalação dos aparelhos deverá seguir orientações do setor de infraestrutura do Aeroporto, seguindo as normas de segurança, e de instalações elétricas, conforme normas da ABNT e Ministério do Trabalho.

d) Serviço de infraestrutura para instalação total de 15 aparelhos.

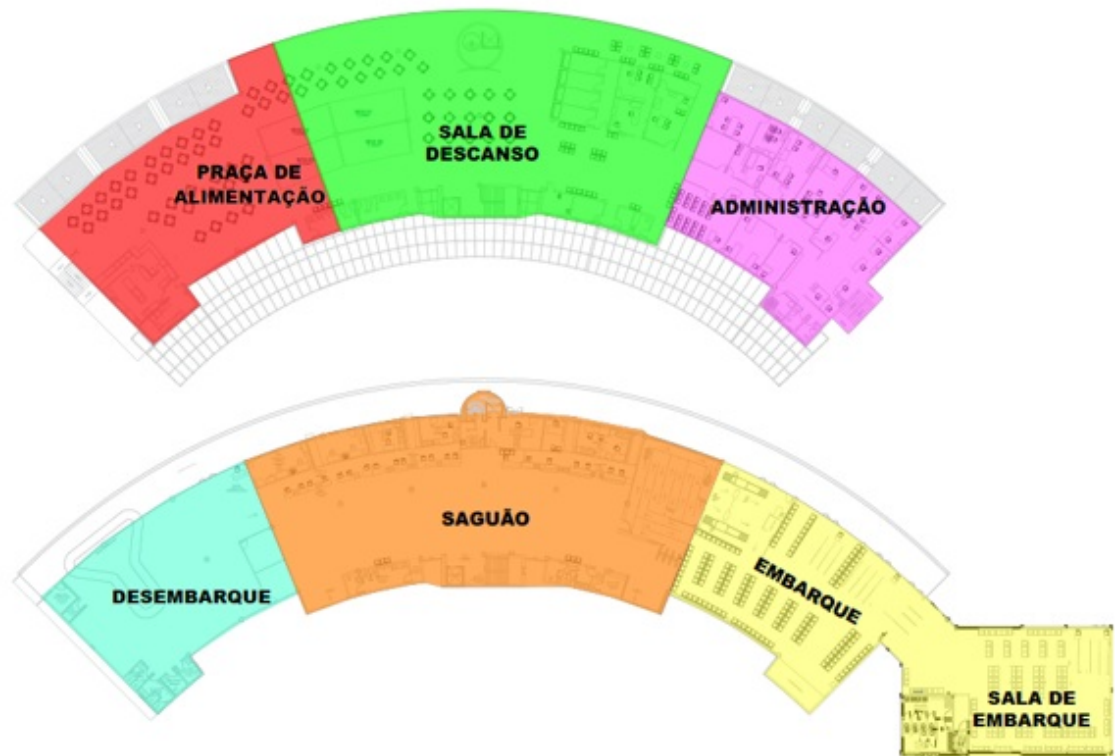
e) Instalações elétricas, de acabamento e demais necessárias para a execução completa dos serviços.

f) Os materiais a serem utilizados deverão atender as normas técnicas ABNT, INMETRO e da FABRICANTE.

7.2.1 Locais de Instalação:

- **1º Pavimento Pç. Alimentação e Sala de Descanso**: 6 equipamentos de 57.000 a 60.000 BTU/h.
- **Saguão**: Instalação 3 equipamentos adicionais de 57.000 a 60.000 BTU/h.
- **Sala de Embarque**: Instalação de 2 equipamentos de 57.000 a 60.000 BTU/h.
- **Sala de Desembarque**: Instalação de 4 equipamentos de 57.000 a 60.000 BTU/h.

Croqui dos Locais



TERMINAIS AÉREOS DE MARINGÁ SBMG S.A.		
Gerência de Infraestrutura		
TPS		
Escala: sem escala	Data: 25/02/2026	Folha Única

8. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO

8.1. Prazo de entrega e instalação

a) Os equipamentos e materiais objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos.

b) Após a entrega total dos materiais, o fornecedor terá o prazo de 15 (quinze) dias para executar a instalação completa.

c) A empresa deverá providenciar cadastro dos colaboradores (SISCAER/PF) junto ao setor de Credencial do Aeroporto para ingresso nos locais restritos.

d) Ainda, é de responsabilidade do Fornecedor:

- Fixação dos equipamentos no piso/teto e sobre cobertura;
- Conectar os cabos de energia aos aparelhos;
- Execução das instalações de drenagem dos aparelhos até a interligação nas instalações pluviais existentes no aeroporto;
- Ativação, configuração e parametrização;
- Orientação na integração.

8.2. Serviços Preliminares

8.2.1. É de responsabilidade da Contratada a elaboração e execução de todos os estudos, projetos e ensaios necessários para a perfeita conclusão da instalação dos aparelhos

8.2.2. A empresa Contratada deverá elaborar, com base no Croqui disponível, os seguintes serviços a serem executados:

Desenvolvimento de memoriais;
Planta baixa de locação;
Execução de infraestrutura de funcionamento para correta instalação dos aparelhos.

a) Entregáveis mínimos em relação ao serviço contratado:

- Memorial Descritivo e de Dimensionamento
- ART e/ou TRT com as taxas recolhidas contendo a assinatura do responsável técnico.

9. EXECUÇÃO

9.1 É de responsabilidade da Contratada a execução de todas as instalações e estruturas e vedações necessárias para o funcionamento ideal dos aparelhos de ar-condicionado item 7.1.1 deste termo.

9.2 Após a aprovação do projeto de fornecimento e instalação dos aparelhos, deverão ser fornecidos os equipamentos e materiais, bem como execução completa e integral da instalação, conforme croqui, considerando-se, mas sem se limitar a:

- a)** Mobilização completa (Pessoal, Maquinários, Ferramentas, Veículos, Utilitários, etc.);
- b)** Manutenção/Administração dos locais de intervenção, com o devido isolamento do local, durante o período anterior ao início da instalação até a entrega final do objeto;
- c)** Acompanhamento por responsável técnico qualificado para execução da instalação (Engenheiro Mecânico e/ou Técnico em Refrigeração e Ar-Condicionado)
- d)** Desmobilização completa, incluindo a limpeza dos locais ao final dos serviços;

9.3 Considerações gerais

- a)** Antes do início dos trabalhos em campo, a Contratada, deverá providenciar credenciamento junto a esta ADMINISTRAÇÃO para ingresso dos funcionários em locais de área restrita e, se necessário, participar dos cursos de segurança, oferecido pela SBMG.
- b)** Após término dos serviços as credenciais deverão ser devolvidas a ADMINISTRAÇÃO, ficando a Contratada solidariamente responsável por eventuais perdas ou extravios das mesmas.

c) A Contratada deve entregar os serviços totalmente concluídos, com todas as áreas desocupadas, livres de sobras, respingos, manchas ou quaisquer outros vestígios remanescentes relacionados aos serviços contratados.

d) Quando qualquer material, não obedecendo às exigências das especificações ou projetos, tiver sido entregue no local das instalações ou incorporados aos serviços, ou quando qualquer serviço for considerado de qualidade inferior, tais materiais ou serviços devem ser considerados insatisfatórios, devendo ser removidos, refeitos e tornados satisfatórios, sem ônus à Contratante.

9.4. Documentação técnica

Juntamente com os equipamentos, a Contratada deverá fornecer certificado de garantia e nota fiscal dos aparelhos.

10. SUPORTE E PEÇAS DE REPOSIÇÃO

10.1. Peças de reposição

- a)** A Contratada deverá fornecer quaisquer peças necessárias para a reposição, sem custo adicional para a Contratante. Peças essas até complementar a garantia de 12 meses de funcionamento;
- b)** A Contratada deverá realizar a troca, se necessário, dentro do período de garantia.

11. GARANTIA

11.1. O fornecedor deve garantir o seguinte, sem prejuízo de qualquer requisito legal não explicitado neste Termo de Referência:

- a)** O prazo mínimo de garantia aceito pela SBMG é de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do equipamento;
- b)** A garantia deve cobrir qualquer deficiência de projeto, matéria prima, fabricação e desempenho, portanto, a qualquer momento durante o período de garantia, a Contratada se obriga a substituir ou reparar qualquer acessório ou peça que apresente defeito, falha ou falta oriundas da fabricação ou emprego de materiais inadequados, sem ônus para a SBMG e em prazo não superior a 15 dias consecutivos após a solicitação desta;
- c)** Se depois de notificada a Contratada se recusar a efetuar os reparos ou substituições solicitadas, a SBMG reserva-se o direito de executá-los através de uma nova contratação e cobrar seus custos da Contratada, sem que isto afete a garantia do equipamento;
- d)** Se durante o período de garantia do equipamento o mesmo ou seus componentes apresentarem desgaste excessivo ou defeitos frequentes, além dos esperados a partir de sua utilização comum, a SBMG pode exigir a reposição dessas peças em todas as unidades do fornecimento, sem ônus para a SBMG;
- e)** Todos os custos referentes a reparos ou substituição de qualquer acessório, peça ou mesmo do equipamento em sua totalidade, inclusive aqueles relativos a qualquer tipo de transporte ou parte dele, deve ser de responsabilidade da Contratada.
- f)** A aceitação pela FISCALIZAÇÃO de qualquer material ou serviço não eximirá a Contratada da total responsabilidade sobre toda e qualquer irregularidade porventura existente, respeitando-se os prazos de garantia.
- g)** A impossibilidade de efetuar as inspeções de recebimento em qualquer circunstância não eximirá a Contratada de total responsabilidade pela qualidade no funcionamento dos equipamentos, devendo esta prestar o atendimento em garantia ou substituição do equipamento caso seja constatada anormalidade.
- h)** Os equipamentos devem ser fornecidos completos, com todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Efetuar os pagamentos pelos produtos fornecidos e serviços realizados;
- 12.2. Colocar à disposição da Contratada toda a legislação, normas, instruções e programas de trabalho de sua competência, com o objetivo de facilitar e orientar a execução dos serviços contratados;
- 12.3. Autorizar a Contratada, acesso às áreas, instalações e equipamentos necessários ao cumprimento das tarefas previstas neste Termo de Referência;
- 12.4. Fornecer à Contratada, mediante pagamento, o Cartão de Credenciamento aeroportuária de seus empregados;
- 12.5. Fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações da Contratada;
- 12.6. Designar um responsável para atestar os serviços executados.
- 12.7. Prover ponto de energia para **cada ponto de instalação dos aparelhos, considerando que as intervenções serão realizadas em quatro ambientes diferentes;**
- 12.8. Preparar a infraestrutura elétrica necessária em acordo com a documentação técnica do equipamento;
- 12.9. Realizar acabamento no revestimento de forros e paredes, em gesso, nos locais de instalação dos aparelhos;
- 12.10. Aprovações arquitetônicas, reparos, ajustes, adequações e ou qualquer complemento de infraestrutura, que não esteja nas obrigações da Contratada.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRADA

- 13.1. Obriga-se a manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer sua manutenção.
- 13.2. Não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem a prévia e expressa concordância do Contratante.
- 13.3. Responsabiliza-se por todos os danos e prejuízos causados a terceiros, ficando o Contratante isento de qualquer responsabilidade civil ou ressarcimento de eventuais despesas.
- 13.4. Fornecer a Contratante, os dados técnicos de seu interesse e todos os elementos e informações necessários, quando solicitados;
- 13.5. A Contratada se responsabiliza por todas as dívidas porventura advindas da presente prestação de serviço junto ao comércio ou indústria, ficando o Contratante isento de quaisquer responsabilidades perante os mesmos
- 13.6. Caberá à Contratada responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação.
- 13.7. Solicitar à Contratante, através de ofício devidamente motivado, a celebração de aditivos, respeitando o disposto no Art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016
- 13.8. Fornecer os itens objeto deste termo de referência, realizando sua entrega no prazo de 30 (trinta) dias e instalação no prazo de 15 (quinze) dias
- 13.9. Prestar garantia pelo período mínimo de 12 meses a contar da entrega e instalação dos produtos em pleno

funcionamento;

13.10. Realizar instalação de acordo com normas do fabricante e técnicas de segurança.

13.11. Realizar manutenções conforme normas do fabricante e técnicas de segurança

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

14.1. Os pagamentos referentes ao item 1 (equipamentos e materiais de instalação) e 2 (mão de obra de instalação) serão realizados da seguinte forma:

14.1.1 Equipamentos e materiais de instalação:

a) 50% (cinquenta por cento) referente ao valor dos equipamentos e materiais de instalação, em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos no Aeroporto de Maringá.

b) 50% (cinquenta por cento) restante referente ao valor dos equipamentos e materiais de instalação, em até 10 dias após a instalação dos equipamentos.

14.1.2 Mão de Obra de instalação:

a) 80% (oitenta por cento) do valor da mão de obra em até 10 dias após a instalação dos equipamentos e em pleno funcionamento

b) 20% (vinte por cento) restantes do valor dos serviços de instalação, após 90 (noventa) dias de funcionamento regular dos equipamentos, mediante verificação da adequada execução dos serviços e emissão do recebimento definitivo, sem constatação de falhas atribuíveis à instalação.

14.2. Quando da efetivação da prestação dos serviços, o fornecedor deverá descrever os serviços prestados na Nota Fiscal

14.3. A nota fiscal de prestação de serviços com retenção de impostos deverá ser emitida até o 5º (quinto) dia útil posterior ao mês de prestação de serviços e seu respectivo pagamento deverá ocorrer até o 25º dia do mês da emissão;

14.4. As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente.

14.5. O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada nos documentos de habilitação.

14.6. Na eventualidade de aplicação de multas à Contratada, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

14.7. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela SBMG, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira pelo Índice de Preços do Mercado (IGPM), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo Pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

14.8. A SBMG fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

15. DO REAJUSTE

Por ocasião do pleito de reajuste, a Contratada deverá observar o seguinte:

15.1. Valor será reajustado conforme índice, estabelecido, tomando-se por base a variação do IPCA, INPC-IBGE ou outro índice que o venha substituir no período;

15.2. Caso a Contratada não requeira o reajuste e/ou não comprove o desequilíbrio contratual tempestivamente e seja prorrogado o Contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar;

15.3. O novo pedido de reajuste poderá ser concedido depois de decorrido doze meses do último reajuste ou da data de indenização, conforme o caso;

15.4. A Contratada ainda deverá observar o seguinte:

- a)** Demonstração de desequilíbrio, ou reajuste dos preços dos insumos a serem utilizados, ou ainda do aumento de equipamentos a serem feitos as manutenções, além daqueles constantes no processo, com a apresentação de planilhas de custos: uma do tempo atual e outra da época da proposta;
- b)** Comprovação dos valores dos itens a serem revisados, feita através de diversos meios (cópias de notas fiscais, revistas, periódicos, órgãos públicos, etc), devendo haver compatibilidade e veracidade das informações apresentadas.
- c)** A SBMG poderá também propor a revisão de preços à Contratada, desde que se faça necessário recompor a equação do contrato em favor da Administração, para adequá-lo às reais condições ajustadas inicialmente.
- d)** Dar-se-á, de pleno direito, independente da lavratura de Termo Aditivo ao Contrato, a redução da periodicidade de reajuste, quer por Ato do Poder Executivo ou por dispositivo legal.

16. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- a) Na proposta deverá constar valores unitários e totais de cada item;
- b) Na apresentação da proposta de preços, a licitante deverá informar marca/modelo e anexar a ficha técnica do equipamento a ser fornecido;

17. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Para a habilitação exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:

I. Habilitação Jurídica

II. Regularidade Fiscal e Trabalhista

III. Qualificação Econômico-financeira

IV. Qualificação Técnica e Operacional

V. Visita Técnica

VI. Declarações

17.1. Da habilitação jurídica

- a) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, emitida há, no máximo, 120 (cento e vinte) dias;

- b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes** devidamente registradas, em se tratando de sociedade empresária, e, no caso de sociedade por ações, a ata registrada da assembleia de eleição da diretoria;
- c) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Ata, registrada na Junta Comercial, das assembleias que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor e ata de eleição dos administradores em exercício, no caso de cooperativas;

Justificativa: Os documentos são relevantes para a verificação da regularidade jurídica dos licitantes e do enquadramento de suas atividades ao objeto do certame.

17.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** do Ministério da Fazenda;
- b) Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de **Certidão (Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa) Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa** ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS)**;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, **(Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa)** nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

17.2.1 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

17.2.2. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.3. Qualificação Econômico-financeira

a) Certidão de falência, expedida pelo Cartório da comarca em que a licitante pertence, no prazo máximo de 60(sessenta) dias, da data da abertura deste pregão.

17.3.a.1. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

17.3.b.1. Entende-se por “boa situação financeira”:

i. Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação no prazo de 12 meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social; ou a comprovação dos seguintes índices:

ii. INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE [$LC = AC/PC$] igual ou superior a 1 (um inteiro), em que

LC = Índice de Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

iii. ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL [$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$] igual ou superior a 1 (um), em que:

LG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

iv. GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL [$GEG = (PC + ELP)/(AT)$] menor ou igual a 1 (um inteiro), em que:

GEG = Grau de Endividamento Geral

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

Obs.: Quanto às demonstrações contábeis, entende-se que estas serão “apresentadas na forma da Lei” nas seguintes situações e condições:

I. As Demonstrações Contábeis devem conter o Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado.

II. As empresas que publicam suas Demonstrações Contábeis na imprensa Oficial poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;

III. As empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital, tais como: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital e o Recibo de entrega do livro digital.

IV. As empresas constituídas no Exercício em curso deverão enviar cópia do último Balancete de Verificação, devidamente assinado pelo Profissional Contábil e Representante Legal da Empresa.

V. Até 30 de abril serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória à apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;

VI. Para as empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED),

fica prorrogado até o dia 30 de junho aceitabilidade das Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado.

VII. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa.

VIII. Serão aceitos balanços intermediários a fim de comprovar as exigências do item “IV”, desde que haja previsão desta modalidade no Contrato Social.

IX. As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresas constituídas no exercício em curso.

c) O pregoeiro se reserva o direito de solicitar diligências a fim de comprovar a veracidade, solidez e consistência dos saldos contábeis. Caso não seja atendido satisfatoriamente, com segurança razoável a diligência, a licitante poderá ser desclassificada / inabilitada

Justificativa: A qualificação econômico-financeira é fundamental para o objeto deste certame, pois, na hipótese de insolvência da Empresa Contratada, resultaria no colapso absoluto do serviço contratado, ou seja, a empresa não poderia manter a sustentabilidade do contrato, ocasionando transtornos operacionais e jurídicos à SBMG.

17.4. Qualificação Técnico-Operacional:

a) Atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) que a empresa licitante tenha fornecido, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, a saber:

- Fornecimento e instalação de aparelhos de ar-condicionado, mínimo 50% da quantidade Contratada.

b) Comprovação de cadastro da Empresa Licitante junto ao órgão fiscalizador em data vigente através da Certidão de Registro e Quitação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)

Justificativa: a exigência da qualificação técnica é necessária para verificar se a empresa vencedora tem capacidade de executar o objeto do contrato de forma adequada, garantindo segurança, confiabilidade e funcionamento eficiente do sistema. Exigir qualificação técnica ajuda a garantir que o fornecedor tenha experiência comprovada em instalar e manter sistemas que atendam a esses padrões. Além disso, Aeroportos são ambientes regulados por normas técnicas. Um fornecedor qualificado saberá atender a essas exigências.

17.5. Qualificação Técnico-Profissional

a) Declaração de Indicação do responsável técnico pelo gerenciamento dos serviços sendo, no mínimo, Engenheiro Mecânico e /ou o Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado .

b) Comprovação de cadastro do(s) profissional(ais) indicado(s) no item anterior junto ao órgão fiscalizador em data vigente através da Certidão de registro e Quitação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)

c) Comprovante de vínculo empregatício entre a Licitante e os profissionais indicados como responsável técnico, os quais não poderão ser substituídos sem autorização/anuência da Contratante, que poderá ser através de:

c.1) Apresentação de vínculo trabalhista (registro em carteira de trabalho e previdência social – CTPS e ficha de empregado) em sendo o profissional empregado do licitante ou;

c.2) Apresentação de contrato social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante;

- c.3)** Apresentação de contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e a Licitante, e/ou;
- c.4)** Apresentação de declaração de disponibilidade pela Empresa Licitante, desde que conste com a anuência formal dos profissionais, e em caso, da licitante sagrar-se vencedora deverá apresentar um dos documentos elencado acima nos subitens c.1., ou c.2., ou c.3., a qual deverá ser apresentada cópia do documento autenticado como condição para assinatura do contrato, sob pena de inabilitação, e/ou;
- c.5)** Caso conste o nome do profissional na certidão de registro da empresa no conselho, está dispensada de apresentação de vínculo conforme itens 17.5., letras 'c.1', 'c.2', 'c.3', ou 'c.4' deste termo de referência.

d) Declaração de que disporá, para a execução contratual, de equipe operacional devidamente capacitada nas Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente:

- NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade);
- NR-35 (Trabalho em Altura), quando aplicável.

d.1) A comprovação da capacitação referida no item anterior deverá ser apresentada como condição para a assinatura do contrato, por meio de certificados válidos dos profissionais que efetivamente executarão os serviços.

d.2) A não apresentação da documentação comprobatória no prazo estabelecido ensejará a inabilitação da licitante.

Obs.: Em se tratando dos profissionais não registrado no CREA no Estado do Paraná, deverá ser apresentado o registro dos profissionais do estado de origem. Caso a Empresa Licitante seja declarada vencedora desta licitação, ficará obrigada a apresentar o Visto de autorização do CREA do Paraná ao fiscal do contrato, como condição para assinatura do contrato, sob pena de inabilitação.

Justificativa: A exigência de qualificação técnico-profissional encontra respaldo na Resolução CFT nº 123/2020, que estabelece as competências do Técnico em Refrigeração e Climatização, incluindo a execução, supervisão, coordenação e assunção de responsabilidade técnica por serviços de instalação, manutenção e operação de sistemas de climatização, bem como na legislação aplicável às profissões regulamentadas no âmbito do Sistema CONFEA/CREA. Considerando a natureza do objeto, que envolve a instalação de equipamentos de ar-condicionado, com possíveis intervenções em sistemas elétricos, estruturais e de automação, a exigência de profissional habilitado mostra-se indispensável para assegurar a adequada execução contratual, a integridade das instalações e a segurança dos usuários. Destaca-se que a execução dos serviços ocorrerá em ambiente aeroportuário, caracterizado por elevada complexidade operacional, necessidade de continuidade dos serviços, restrições de acesso, além do atendimento a normas técnicas, operacionais e de segurança específicas, inclusive relacionadas à aviação civil e à operação de infraestrutura crítica. Nesse contexto, a atuação de profissional devidamente habilitado e registrado em conselho profissional é essencial para mitigar riscos operacionais, garantir a conformidade com padrões técnicos exigidos e assegurar a confiabilidade e eficiência dos sistemas instalados.

Dessa forma, a exigência de indicação de responsável técnico, seja engenheiro ou técnico devidamente registrado no conselho profissional competente, observa os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da eficiência, sendo medida necessária e adequada à complexidade e aos riscos inerentes ao objeto contratual.

17.6. Visita Técnica:

- a)** Atestado de visita passado pela SBMG S/A, em nome da licitante, de que esta, através de representante, visitou o local objeto da licitação, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na prestação dos serviços, bem como que teve conhecimento dos detalhes e condições de atendimento; **ou**

- b)** Declaração (**anexo**) emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza da concessão, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará desta para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a Contratante.
- c)** Quando da visita técnica, a SBMG, emitirá documento comprovando que a licitante enviou representante, o qual deverá ser anexado junto com os demais documentos sob pena de inabilitação.
- d)** Para a visita ao local, a licitante deverá procurar a Diretoria de Infraestrutura do Aeroporto, das 9h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h:00, de segunda a sexta-feira, (dias uteis) até o dia útil anterior à data da abertura do pregão, podendo ser agendado através do telefone (44) 3366-**3835** (44) 3366-**3837**, (Sr. Sérgio ou outro servidor designado), o qual emitirá declaração de visita que deverá ser anexado junto com os demais documentos sob pena de **inabilitação**.

17.7. A licitante deverá apresentar as seguintes Declarações

- 17.7.1. Declaração de visita técnica (**ANEXO**)
- 17.7.2. Declaração Unificada conforme modelo (**ANEXO**)
- 17.7.3. Declaração Responsabilidade conforme modelo (**ANEXO**)

18. DAS SANÇÕES:

- 18.1.** Além das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 13.303/16 e Regulamento de Contratos SBMG, a Contratada ficará sujeita as sanções abaixo estabelecidas;
- 18.2.** O descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada ensejará, garantindo a prévia defesa, a aplicação das seguintes penalidades:
 - a)** Advertência;
 - b)** Multa de até 10% (dez por cento) do valor da contratação;
 - c)** responder por perdas e danos, ocasionados ao SBMG/Contratante, os quais serão apurados em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;
 - d)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 18.3.** No processo de apuração de faltas cometidas pela proponente ou Contratada, é assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, ficando estabelecido o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa prévia, contados da respectiva intimação.
- 18.4.** O valor da multa aplicada à Contratada será automaticamente descontado do montante a que teria direito. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 18.5.** Configura-se falta grave, passível de rescisão contratual por inexecução contratual, sem prejuízo de outras previstas na Lei 13.303/16, atrasos injustificados no cumprimento do objeto contratual, mediante apuração.
- 18.6.** A licitante que praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo ou atos ilegais visando frustrar os objetivos da licitação, fraudar qualquer documento, retirar sua proposta de preços após conhecer os preços das demais licitantes, ou ainda demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o Município de Maringá, em virtude de quaisquer outros atos ilícitos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, estará sujeita às penalidades previstas no subitem precedente e outras que couberem.

18.7. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei 13.303/2016 à licitante que:

- a)** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório público;
- b)** impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c)** afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d)** fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e)** criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f)** obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

18.8. Pelo atraso no início da execução dos serviços e garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a)** multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor anual do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item **18.2.**, deste termo de referência.
- b)** A partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso no início da execução do serviço, se injustificado, ficará configurada a inexecução total do serviço e a Administração poderá aplicar a Contratada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

18.9. O valor da multa será cobrado no primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros e pela diferença, se houver.

18.10. A aplicação das sanções administrativas, inclusive as cláusulas penais, não exime a Contratada da responsabilidade civil e penal a que estiver sujeita.

18.11. Quando a proponente não mantiver a sua proposta, apresentar documento e/ou declaração falsa em qualquer fase do procedimento licitatório, deixar de apresentar documento na fase de saneamento, ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa compensatória de 2% e cláusula penal de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ser cumulada com as demais sanções previstas na Lei 13.303/16.

18.12. A desistência ou abandono contratual configuram infrações contratuais, e serão punidas com as penalidades constantes no item **18.2.**

18.13. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, além das multas previstas nos incisos anteriores, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado do cadastro de fornecedores da Terminais Aéreos de Maringá – SBMG S/A.

18.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

19. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- I.** Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- II.** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano, ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

III. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

IV. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

20. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Fiscal	Nome	Cargo/Função
Titular	Sérgio Copelli Franco de Oliveira	Diretor de Infraestrutura
Suplente	Ricardo José Saraiva e Silva	Coordenador de Infraestrutura

21. Telefones para Informações:

- a) Assuntos sobre especificações técnicas: (44) 3366-3835 ou 3366-3837 – Diretoria de Infraestrutura.
- b) Assuntos relacionados com documentos e editais: (44) 3366-3847 ou 3366-3854 – Coordenação de Compras e Licitações.

22. Responsáveis pela Elaboração e Conferência do termo de Referência:

<p><i>(assinatura eletrônica)</i></p> <p>Roberto A. Peres Responsável pela Elaboração do Termo de Referência</p>	<p><i>(assinatura eletrônica)</i></p> <p>Sérgio Copelli Franco de Oliveira Responsável pela Conferência do Termo de Referência</p>
---	---

Maringá – PR, 07 de maio de 2026.

EQUIPE DE APOIO

Nome: **ALINE DOS SANTOS**

RG: 4.XXXX43-9

CPF: 23XXXXXXXX -17

Matrícula: 47001

Cargo: Contadora

Nome: **GRAZIELLE MARINI SILVA**

RG: 13xxxxx37

CPF: 067.xxx.xxx-17

Matrícula: 85.001

Cargo: Auxiliar Administrativo

Nome: **ANDREZA GUMS DOMINGOS**

RG: 1XXXX53-0

CPF: 09XXXXXXXX-06

Matrícula: 62.001

Cargo: Engenheira Civil



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Aparecido Peres, Coordenador(a) de Acompanhamento e Resultados**, em 08/05/2026, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Copelli Franco de Oliveira, Diretor(a) de Infraestrutura**, em 08/05/2026, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8585507** e o código CRC **7D8E629D**.

